

# Prefácio

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

A economia brasileira vem atravessando, desde o início da década, um extraordinário processo de ajuste externo. O déficit em conta-corrente do país, que era de cerca de 5% do PIB em 1998, transformou-se em um superávit de 1% em 2004 e, não obstante a diminuição de seis pontos percentuais da poupança externa, a taxa de investimentos em relação ao PIB continuou constante. Esse resultado favorável foi possível, do lado das receitas, graças a um extraordinário aumento nas exportações — viabilizado pelas depreciações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, no quadro de duas crises de balanço de pagamentos — e a uma situação particularmente favorável da economia mundial, que levou a um aumento substancial da demanda e dos preços das mercadorias exportadas pelo Brasil. Do lado dos custos, o resultado se explica pela redução de salários reais que a depreciação cambial provocou e pelo esforço fiscal iniciado em 1999 e mantido desde então. Em outras palavras, o mercado de trabalho foi afetado, seja pelas baixas taxas de crescimento de longo prazo, seja pelo ajuste externo de curto prazo. Nas análises do mercado de trabalho, realizadas por Clemente Ganz Lúcio e por Paulo Rabello de Castro, esse problema aparece com clareza, o primeiro mostrando a queda dos rendimentos e o insatisfatório aumento do emprego, e o segundo preocupado com a reforma do contrato de trabalho, ou seja, com uma mudança institucional que corrija importantes distorções no mercado de trabalho.

A conseqüência do ajuste externo de 1999-2003 foi um crescimento de 5% do PIB, em 2004, que deixou muita gente otimista. Paulo Cunha, porém, não se deixou impressionar por esse otimismo e analisou em seu trabalho os 25 anos de semi-estagnação da economia brasileira. Entre 1980 e 2004, o Brasil passou do grupo dos 10 países mais dinâmicos em que se encontrava no período 1950-80 para próximo do grupo dos 20 países com pior performance econômica. Luiz

Guilherme Schymura e Mauricio Canêdo-Pinheiro, fazendo uma análise ampla da infra-estrutura, mostraram comparações internacionais indicando que, em diversos setores — geração de energia elétrica, transporte rodoviário, transporte ferroviário, tratamento de água e de esgoto —, o Brasil apresenta déficits que resultariam diretamente da insuficiência de investimentos e, indiretamente, da incapacidade de se desenhar um arcabouço institucional capaz de atrair investimentos privados no volume necessário. Paulo Fernando Fleury, por sua vez, fez uma notável análise do sistema logístico brasileiro, mostrando um conjunto de problemas estruturais que distorcem nossa matriz de transportes e contribuem para o comprometimento não só da qualidade da infra-estrutura e dos serviços, mas também, e principalmente, do desenvolvimento econômico e social do país.

Para os otimistas, porém, o aumento das exportações e o bom crescimento em 2004 sinalizariam o início da tão esperada retomada do desenvolvimento econômico. Os participantes do II Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas que analisaram o comércio externo do país — Renato Baumann, Vera Thorstensen, Ricardo Markwald, Fernando J. Ribeiro e Antonio Carlos Pôrto Gonçalves — assinalaram o grande avanço alcançado desde 1999 e as razões que o explicam, mas não concluíram que o país afinal reencontrava o caminho do desenvolvimento. E quando se tratou de examinar a economia interna do país, particularmente o problema do equilíbrio macroeconômico, os macroeconomistas presentes deixaram claro que um problema central — o da alta taxa de juros básica do Banco Central — continuava sem solução, impedia que a economia crescesse e ameaçava levá-la novamente ao desequilíbrio externo. Excetuou-se Francisco Lopes, que sugeriu que a medida do PIB realizada pelo IBGE subestimava o crescimento da economia brasileira. De fato, como mostraram vários participantes, no plano interno, a alta taxa de juros restringia os investimentos produtivos do setor privado e impedia os investimentos públicos, não obstante a excessiva carga tributária. Apesar de um superávit primário de cerca de 5% do PIB, o déficit público nominal continuava em torno de 3% do PIB. Por outro lado, no plano externo, a alta taxa de juros e as exportações elevadas pressionavam a taxa de câmbio para baixo, de forma que, no último quartel de 2005, a depreciação real produzida pelas crises cambiais de 1998 e de 2004 já havia sido anulada. Esse fato deixava antever queda relativa das exportações e aumento das importações, em um momento em que as exportações estavam, afinal, se transformando no motor do crescimento econômico do país.

Nesses termos, nos diversos painéis, ficou clara a necessidade de se desenvolver uma estratégia para reduzir o nível da taxa de juros. Chico Lopes sugeriu

uma reforma mais modesta — a introdução de uma “banda dupla” —, de forma que a política de metas leve em consideração também a taxa de utilização futura da capacidade produtiva. Para os demais participantes, porém, não basta administrar o modelo de metas de inflação. Como estamos diante da necessidade de uma mudança de patamar dessa taxa, o que envolve uma mudança de “regime de política econômica”, é preciso, portanto, pensar em nova reforma monetária, que, somada ao aprofundamento do ajuste fiscal, permita a necessária mudança de patamar. Na medida em que o atual regime supõe uma “taxa de juros de equilíbrio” real de 9%, não é possível, com essa política, mudar o nível da taxa de juros. A reforma monetária necessária, como mostrou Yoshiaki Nakano, implicaria a separação do mercado de títulos de curto prazo administrados pelo Banco Central do mercado de títulos de longo prazo do Tesouro Nacional. O aprofundamento fiscal, por sua vez, implicaria uma meta de déficit público nominal zero, como salientou Delfim Netto.

Mas as condições políticas não parecem satisfatórias para que isso ocorra. O governo Lula, que, antes da eleição de 2002, se comprometia a mudar a política de juros do Banco Central, no poder não se sentiu com força suficiente para fazê-lo e se acomodou. E como se isso não bastasse, afinal se viu envolvido em uma crise política grave. Por quê? Os trabalhos do fórum que respondem a essas questões são os de Brasílio Sallum Jr. e de Bresser-Pereira. O professor de sociologia da USP afirma que o sistema político brasileiro tornou-se inadequado, anacrônico, em relação ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Esse descompasso já se tinha manifestado antes, mas a chegada do PT ao poder o aprofundou. A crise do governo Lula indica com clareza que a sociedade brasileira precisa avançar não só na construção de instituições políticas mais democráticas, mas também no fortalecimento das bases societárias de tais instituições, adensando as precárias articulações que a maioria da população mantém com a comunidade nacional. Eu, embora aparentemente trabalhando com uma perspectiva mais política do que sociológica, e de mais longo prazo, na verdade concordo com Brasílio Sallum. A meu ver, a semi-estagnação da economia brasileira só pode ser explicada pela falta de coesão política da sociedade brasileira, pela falta de um grande “acordo nacional” que lhe permita ter uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Contando com a participação da Fiesp, da Força Sindical, da CUT e do Iedi, e com a presença de diversos ministros e do presidente do BNDES, o Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas logrou, assim, nessa sua segunda edi-

ção, discutir os problemas centrais da economia brasileira, a partir de uma perspectiva tanto econômica, quanto política. Mais amplamente, constitui um ensaio desse necessário acordo nacional que devolverá autonomia real à nação brasileira. Um acordo nacional se celebra, fundamentalmente, com a participação de empresários, trabalhadores, técnicos e políticos do governo. E discute os grandes problemas nacionais. Esperemos que esse ensaio seja frutífero e que esse grande acordo, por definição informal, mas real, acabe se celebrando, e o país volte a se desenvolver.